

AS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO NACIONAL PALESTINO*

Sonia Dayan-Herzbrun**

Resumo

Desde sua constituição, o Movimento Nacional Palestino se apoiou nas mulheres para suscitar e fortalecer o sentimento de pertinência a essa nacionalidade: autorizando, desde o início, as mulheres a ocuparem o espaço público; encorajando a visibilidade política das mulheres; tornando o corpo das mulheres verdadeiros emblemas nacionais; organizando as atividades das mulheres no interior das associações, tanto como forma de desenvolvimento, quanto de controle político. Esse processo não foi uma simples instrumentalização, uma vez que possibilitou o acesso à modernidade e à cidadania e favoreceu o surgimento de mulheres líderes. Agora, o imaginário nacional entra em choque com as normas e os valores clânicos e islâmicos, que desejam retirar as mulheres do espaço público.

Povo e nação não são sinônimos. Analisando as origens do nacionalismo e sua expansão, o historiador Eric Hobsbawn mostra que as nações se edificam no intercrucamento de um projeto político, e de uma simbólica, e também uma afetividade, coletiva. Conforme o nacionalista polonês Pilsudski, "é o Estado que produz as nações, não as nações que produzem o Estado."¹ Entretanto, o nacionalismo político deita suas raízes nos sentimentos e nas atitudes dos grupos, a partir dos quais as nações são construídas. É por isso que Hobsbawn, retomando a fórmula de Benedict Anderson, concebe as nações como comunidades imaginadas (diríamos, sobretudo imaginárias), que se mantêm à distancia e se distinguem das comunidades reais.

* Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.

** Centre de Sociologie des Pratiques et des Représentations Politiques, Université Paris 7/Denis Diderot.

¹ Citado por HOBBSAW, Eric: *Nations et nationalismes*. Paris. 1992. p. 62.

Nesse sentido, a identidade nacional se constitui em torno de uma verdadeira constelação afetiva em que os projetos dos políticos e dos letrados reencontram "os símbolos, os rituais ou as práticas coletivas, os quais por si só fornecem realidade a uma comunidade imaginária".²

Ora, aí está um primeiro paradoxo que raramente é enfatizado: as mulheres, e, inicialmente, as mulheres enquanto imagens, ocupam um lugar importante nessa constelação, mesmo quando excluídas dos espaços de poder político. Da Joana D'Arc reiventada por Michelet à Marselhesa do escultor Rude, ou ainda à Marianne, símbolo da República³, muitas mulheres serviram de efígies ou imagens mobilizadoras para a jovem nação francesa recém-saída da Revolução de 1789. Nesse caso, e em muitos outros, as mulheres e também o feminino servem de investimento ao jogo político⁴, no nível do imaginário, dos discursos e das práticas.

Certamente, as mulheres que habitam o imaginário político não são reais, mas uma série de fantasmas que repousam sobre uma concepção do feminino, categoria socialmente construída e que constitui um par antitético junto com o masculino. Esse feminino fantasmagórico se encontra, de certo modo, incorporado ao projeto do masculino, o qual torna-se mais seguro da sua integridade quanto mais se tornam remotas as possibilidades de um confronto efetivo com as mulheres na cena pública.

Assim, os grupos políticos (partidos, governos, etc.) são, de maneira muito geral, sociedades viris, homosociais e, sabe-se depois de Freud, animadas por uma homossexualidade latente que não deve jamais se tornar efetiva. Quanto mais os grupos partidários se tornam dominantes, maiores são as possibilidades

² Cf. HOBBSBAW, E.: *Op. cit.*, pp. 94-95.

³ Cf. AGULHON, Maurice: *Marianne au combat*. Paris. 1979. Também *Marianne: les visages de la République*. Paris. 1992.

⁴ Cf. DAYAN-HERZBRUN, Sonia: "Les femmes, un enjeu politique" IN *Intersignes*. Paris. 1991.

deste caráter viril ser afirmado. Essa virilidade, que se pretende extrema e sem falhas, exclui as mulheres. Pois de fato, a presença das mulheres pode contestá-la, colocá-la em questão, fazendo aparecer o que os psicanalistas chamam de castração simbólica, isto é, a falta, a possibilidade de um fracasso ou uma falha. O poder político permite aos homens que o detém, de se comportarem como se esta falha que só se revela na presença das mulheres, lhes fosse desconhecida. O mundo político se apresenta, dessa maneira, como uma totalidade plena, onde os homens, cuja potência se quer inquestionável, sonham ainda com o poder de criar a vida. Esse fantasma, aliás, alimentou mitos e metáforas: Atenas, virgem guerreira, emerge completamente armada da cabeça de seu pai, Zeus; Engels afirmando que a violência revolucionária, cujos protagonistas sem dúvida são os homens, seja "a parteira de toda velha sociedade que carrega uma nova em seu ventre".⁵

Contudo, esses grupos masculinos de poder que excluem as mulheres, não cessam de falar delas, de falar para elas e de conclamá-las para fazer parte de momentos decisivos da sua história e da sua evolução, especialmente quando se trata de suscitar e fortalecer o sentimento de pertencer à mesma nacionalidade. No mundo árabe-muçulmano em particular, cuja estrutura social se baseia em uma separação nítida entre privado e público, isto é, entre mulheres e homens, o acesso à modernidade ocasionou profundas transformações, quer ele tenha sido produzido através das lutas de libertação nacional, quer tenha sido fruto das antigas potências coloniais. Este acesso à modernidade só pôde se realizar às custas de uma negociação interna às sociedades, negociação raramente explicitada e na qual as mulheres ocuparam uma posição estratégica. Nesse sentido, com suas crises e seus imprevistos, o caso do movimento nacional palestino é particularmente significativo.

⁵ Cf. ENGELS, F.: *Anti-Dühring*. cap. 4.

O acesso das mulheres ao espaço público

Antes de se tornar popular, o sentimento nacional surge e se constrói, em reação, isto é, contra os poderes feudais, imperiais ou coloniais instalados, no seio das elites burguesas (logo, urbanas) e letradas. O sentimento nacional palestino não fugiu a esta regra. É possível demarcar seu surgimento na segunda parte do século dezenove. Nesta época a Palestina era uma simples província do Império otomano mas a penetração europeia, através das missões cristãs, reforçara o sentimento de pertinência a uma só terra, a Terra Santa⁶, e contribuiu para a passagem à modernidade, da qual os cristãos, antigos *dhimmis*, se tornaram os incentivadores. A emigração judia e o domínio inglês reforçaram esse sentimento, aumentando sua complexidade. Nesse sentido, o nacionalismo palestino nasceu de uma tríplice oposição: ao império otomano e depois, ao sionismo e à colonização britânica.

As mulheres participaram rapidamente desse primeiro movimento, conferindo-lhe a marca da modernidade. Com efeito, as primeiras associações palestinas femininas se formaram em 1903. Elas agruparam cidadãs pertencentes à burguesia cristã educada nas escolas de missionários⁷ e criaram, sobre esse modelo importado da Europa e pouco depois igualmente adotado pelas mulheres sionistas, algumas sociedades filantrópicas. Após a declaração de Balfour, em 1917, na qual a Inglaterra apoiou a instalação de um núcleo nacional judeu na Palestina, esse movimento se intensifica e ganha as elites muçulmanas. Inclusive com a participação das mulheres. Algumas não têm medo de se manifestar e se expor, sendo que,

⁶ Cf. SANBAR, Elias: *Les Palestiniens dans le siècle*. Gallimard. 1994. pp. 22-28.

⁷ Cf. JAD, Islah. "Femmes palestiniennes, 1919-1989", IN *Revue d'Etudes Palestiniennes*, nº 51. Paris, Printemps. 1994.

em 1929, nove delas são mortas pelas forças britânicas. Este ano, 1929, é também o ano da tomada de Jerusalém e do primeiro congresso de mulheres, no decorrer do qual uma delegação de mulheres se desvela ostensivamente⁸, declarando: "Para servir nossa pátria, devemos retirar nosso véu.". Esse desvelamento pode ser interpretado como a manifestação de um nacionalismo já plenamente moderno. Através desse gesto, as mulheres muçulmanas deixavam de se distinguir das mulheres cristãs e de todas as mulheres *dhimmi*, às quais o uso do véu era vedado, interdição essa que expressava a posição de inferioridade da sua comunidade na estratificação social.⁹ O interesse nacional transcende, assim, as divisões comunitárias que começavam a se enfraquecer. Além disto, essa unificação nacional se caracterizou ainda pela adoção de códigos de vestuário femininos que são próprios da modernidade, isto é, aquele do Ocidente cristão.

Partindo das cidades, esse nacionalismo alcançou o campo e, após 1948, também os campos de refugiados. Aqui, e lá, ele passa pelo enfraquecimento dos laços comunitários de proximidade (família, vizinhança, etc.), única possibilidade de construção de um espaço político moderno. A estrutura tradicional da sociedade palestina, que sobrevive mesmo nos campos de refugiados para onde foi transplantada, repousa sobre vastos clãs patriarcais e endogâmicos, reagrupados localmente em aldeias ou em bairros. Esses clãs, verdadeiras unidades econômicas e políticas, mantêm entre si relações hierárquicas e de competição. O movimento nacional palestino tem, como objetivo, a criação de um Estado-nação, no sentido moderno e político do termo (isto é, nem étnico nem comunitário), o que

⁸ Na Palestina, como frequentemente nas demais terras do Islão, o véu só era ostentado pelas muçulmanas das vilas.

⁹ Cf. LEWIS, B.: *Juifs en terre d'Islam*. Paris. 1989. p. 54: "Ainda que as muçulmanas de condição livre devessem ostentar o véu sobre o rosto quando saíssem de suas casas, as mulheres *dhimmi* e as escravas podiam, e por vezes deviam, sair sem véu... O rosto descoberto era assim associado à condição servil, uma vez que o rosto coberto pelo véu simbolizava a virtude e a decência.". Ver também meu artigo "Cheveux coupés, cheveux voilés", *IN Communications*. 1995. Paris.

implica produzir cidadãos de status homogêneos, rompendo assim, mesmo que parcialmente, a velha organização clânica, que deverá sobreviver enquanto outras solidariedades não sejam instauradas. Em uma perspectiva pós-kémaliana, isto é, a dos múltiplos movimentos "progressistas" do Terceiro-Mundo, esse movimento nacional fez um apelo às mulheres para suscitar tal dinamismo. Pouco depois de sua fundação, a OLP criou, em 1965, uma União Geral das Mulheres Palestinas, tecendo entre as mulheres um laço social e político além da esfera do privado e das clausuras familiares e religiosas. Para as mais militantes, a aliança ao movimento as libera, ao menos parcialmente, da obediência devida aos homens do clã. Nas suas memórias, Leila Khaled, que nos anos de 1970 se tornou célebre graças às suas atividades de "pirata do ar", relata como exaltou o ânimo das mulheres que participavam junto com ela de um treinamento militar na Jordânia, conclamando-as a se comportarem "como mulheres adultas, não como as auxiliares dos nossos maridos ou servas dos nossos parentes."¹⁰ Contudo, é preciso não superestimar a independência dessas mulheres em relação à autoridade patriarcal. Todos os relatos das trajetórias pessoais feitos pelas militantes, sejam eles textos mais ou menos literários ou entrevistas que recolhi pessoalmente, prestam homenagem à visão ampla do pai que, zelou pela educação de sua filha e autorizou ou mesmo encorajou sua participação na vida pública e mesmo a ação política. Como na autobiografia de Leila Khaled, os obstáculos eram colocados muito mais pela mãe, incomodada com as consequências que o desrespeito aos costumes teriam no futuro da filha, especialmente no seu futuro matrimonial. A participação política das mulheres, elemento constituinte da modernidade, coloca em risco um valor social fundamental, a honra, que passa aos homens e ao grupo em geral pela integridade sexual do corpo das mulheres. Daí as tensões, os compromissos e também as reações cuja violência surpreende o Ocidente.

¹⁰ KHALED, Leila: *Mon peuple vivra*. Paris. 1973. p. 136.

Sentimento nacional e estética corporal

A dimensão popular, isto é, inicialmente camponesa, do movimento nacional palestino marca-se no vestuário. Essa estetização do espaço político diz respeito a homens e mulheres. A análise dos dados iconográficos e antropológicos é, nesse sentido, muito significativa. A adoção do *keffieh*, chapéu dos beduínos e dos camponeses, em lugar do *fez* (otomano), do turbante ou do chapéu europeu, exprime uma identidade militante de resistência. Contudo, além da identidade, a vestimenta feminina expressa a unidade nacional. Antes de 1948, os vestidos tradicionais permitiam identificar a vila ou a região de origem das mulheres que os ostentavam, mesmo quando estavam além das fronteiras do que seria reivindicado como território nacional palestino. Nos campos de refugiados, observou-se o surgimento dos "vestidos palestinos", bordados com as cores nacionais e transformados em verdadeiras bandeiras. A ostentação dessa vestimenta se tornou um verdadeiro símbolo político por todos os Territórios Ocupados. Durante a Intifada, ainda que a bandeira palestina estivesse rigorosamente proibida, sob pena de duras sanções, pude ver algumas mulheres desafiar os soldados israelenses, passando diante deles com vestidos nas cores nacionais. Essas cores, símbolos da identidade e da unidade, também foram colocadas pelas mulheres, na decoração das casas (galões que ornamentam as cortinas, velas sobre a mesa de jantar, fitas enfeitando o pote de doces destinados aos hóspedes), transformando suas tarefas cotidianas em manifestações políticas.

A roupa das mulheres transformou seus corpos em verdadeiros emblemas políticos. O uso obrigatório ou livremente consentido do véu e da roupa islâmica indicam a expressão do poder dos grupos islamitas e o enfraquecimento das idéias

nacionalistas. É possível reconstituir toda uma semiologia política das vestes femininas. A escolha de um tipo de véu, como outrora a escolha dos motivos bordados sobre o longo vestido negro, é um sinal da corrente na qual se situam as mulheres que o ostentam. Véu branco e rosto descoberto, às vezes maquiado, é simplesmente um sinal de religiosidade (particularmente quando as mulheres estão vestidas com calças jeans) ou de submissão a uma coerção exterior. Quando se acrescenta ao véu branco e um longo vestido cinza ou violeta, que dissimula as formas, trata-se de um uniforme islâmico médio-oriental, geralmente designado *hijab*. Quando todo o rosto, com exceção dos olhos, está encoberto por um véu negro e a mulher está inteiramente vestida de negro, incluindo mãos e pernas, sabe-se que estamos diante de uma militante islâmica radical, que aderiu à convicção de que o corpo feminino é inteiramente impuro no seu conjunto. Inversamente, no dia da assinatura do acordo de paz em Washington, 13 de setembro de 1993, observei algumas mulheres percorrerem com passos vigorosos as ruas de Jerusalém como se fossem cartazes políticos ambulantes, com um grande retrato de Arafat estampado no vestido tradicional, do pescoço aos joelhos. Agora que as esperanças alimentadas há dois anos se perderam, com a ausência de eleições e de plebiscitos, a situação política poderia ser avaliada através do vestuário feminino: velhas nacionalistas, jovens islâmicas e modernistas, cada vez menos numerosas, caminham lado a lado nas ruas das cidades.

Essa auto-instrumentalização remete à disposição para o sacrifício, cujo peso na cultura política do movimento nacional palestino não deve ser ignorado. Os símbolos se mostram diferentes quando se trata de homens ou de mulheres. O "mártir" é um herói masculino, cuja morte gloriosa acentua sua identidade: seu nome é celebrizado e seu retrato se torna visível nas casas ou ruas. O sacrifício das mulheres não tem rosto. De certa maneira, tem um valor emblemático o exemplo de Leila Khaled, que sofreu uma operação cirúrgica que ninguém ousaria qualificar de estética, pois se tratava de desfigurá-la antes que

empreendesse o seqüestro de um avião da El Al. Ela relata que, por solidariedade com os prisioneiros palestinos, recusou a anestesia geral, a fim de partilhar seus sofrimentos. Escolha da deformidade, escolha do sofrimento, escolha, às vezes, do véu: essas condutas políticas transformam essas mulheres em mulheres que outrora, no Ocidente cristão, foram dignas de santidade.

Estamos portanto, diante de um duplo fenômeno: a marcação política do corpo das mulheres e a utilização do lugar ocupado por elas na divisão social e sexual do trabalho para reforçar uma unidade nacional que deve ser unidade social, espacial e histórica. Todo projeto nacional oculta as divisões, lutas e rupturas, e é por isso que ele corre o risco, muito freqüente, de ser realizado às custas dos grupos sociais dominados. As mulheres são a maior aposta dessa negação da divisão, uma vez que estão aí para mostrar, com seus bordados e suas decorações, a persistência de um grupo dominado através dos acidentes da história. Reprodutoras, no sentido forte do termo, de crianças, mas também de hábitos, de costumes, de gostos e de objetos, as mulheres mantêm a ligação com o passado. O que explica a homenagem "à mulher palestina, heróica guardiã da nossa perenidade, da nossa existência e do fogo que nos anima", presente na Declaração de Independência do Estado Palestino em novembro de 1988. É na relação política com as mulheres onde se incarna bem o paradoxo desse nacionalismo que pretende se apoiar em um passado imemorial e ao mesmo tempo depende do que é mais próprio à modernidade.

A organização política das mulheres

Não seria sensato restringir o engajamento das mulheres no movimento nacional palestino à cena política do seu próprio corpo ou da sua vida cotidiana. Em uma sociedade onde as

formas mistas de sociabilidade permanecem ainda muito marginalizadas, vimos o desenvolvimento de sucessivas ondas de associações de mulheres, suscitadas pelo projeto de construir um espaço público nacional. Às entidades filantrópicas se juntaram, em fins dos anos 70, nos Territórios Ocupados, quatro associações de mulheres, cada qual afiliada a uma das tendências da OLP. Mesmo aí não faltam paradoxos. Nos territórios onde, antes de 1987, conforme os números do B.I.T., somente 7% das mulheres tinham um emprego assalariado, essas associações se dirigiam às míticas "mulheres trabalhadoras", e portanto, semelhantes à imagem construída pelo progressismo e pela modernidade. Contudo, fora a alfabetização e de alguns grupos de formação elementar, as tarefas concretas propostas às mulheres nessas associações, seja qual fosse sua postura política, permitiam-lhes cumprir melhor suas funções maternas. Ensinando-lhes, por exemplo, os cuidados com as crianças pequenas, e as confortando à imagem de guardiãs da "tradição", através dos objetos de arte popular que elas reuniam e reproduziam. Portanto menos pelo conteúdo real das atividades oferecidas às mulheres e mais pelo simples fato da sua existência, é que estas Associações farão o elo entre a afirmação nacional e a modificação dos estatutos das mulheres. A produção dos sinais de sentimento nacional legitima a saída das mulheres para além do espaço doméstico. O fato de que as instâncias que autorizavam essa saída fossem não-mistas, e ao mesmo tempo estivessem sob o controle masculino, as tornavam aceitável do ponto de vista da lógica patriarcal. A politização dessas instâncias as protegia do perigo da subversão da ordem social, que representaria o acesso das mulheres aos espaços onde sua honra e, portanto, também a do grupo, corre o risco de ser maculada.

Os primeiros anos da Intifada viram o fim desse compromisso. É preciso compreender a "revolta das pedras" não

somente como um movimento de insurreição contra a ocupação israelense, mas também como um tomada do poder político por parte dos grupos dominados da sociedade palestina. Foram os jovens e as mulheres da classe média e dos campos que tomaram (momentaneamente) o comando das operações, sobrepujando as elites tradicionais, às quais pertenciam as mulheres que controlavam as sociedades filantrópicas e as associações. Surgiram os comitês locais responsáveis pela resistência e nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. A utopia da auto-suficiência então desenvolvida, passa por uma politização do âmbito privado que não se limita mais à conservação do patrimônio, mas sonha em reorganizar o conjunto das tarefas de reprodução. Nas situações de cerco pelas forças armadas ou de toque de recolher, as mulheres se encarregam de fazer passar medicamentos e primeiros-socorros e de fazer chegar os produtos alimentícios de primeira necessidade (excedente de legumes produzidos pelas cooperativas da região que passaram a existir, ou parte das reservas de arroz, óleo ou farinha, conduzidos através das ruas ou dos aglomerados de casas). O transporte dos alimentos ou dos medicamentos se faz frequentemente através de cadeias noturnas, nas quais mulheres e gente muito jovem formam as junções. Claro, as mulheres reconhecem nesses comportamentos o prolongamento do que lhes parece próprio: nutrir e proteger. Mas, ao proteger os homens que justificam a dominação exercida sobre elas afirmando-se como seus protetores, elas dizem experimentar sua própria força. Elas manifestavam, se expunham, sofriam aprisionamentos e maus tratos. E-las muito longe do espaço da casa. Elas vão formar os comitês de mulheres, nos quais, além dos objetivos imediatos, são trocadas reflexões, que as levam à problematizar o caráter universal do processo de libertação. Surge um tema, que liga a luta pela emancipação, no sentido universal do termo, e que implica portanto, a luta pelos direitos das mulheres. As mulheres líderes, que apareceram por ocasião da Intifada, o desenvolveram e o tornaram popular.

Um movimento a longo prazo

O movimento nacional palestino se modificou com o decorrer dos anos, integrando as novas dimensões da representação política que, nos últimos quinze anos, enfatizou "a democracia" (logo, em princípio, a igualdade dos sexos) e os "direitos do ser humano". Nesse sentido, sua evolução não pode ser comparada com a evolução do movimento argelino. Seu discurso manifesto é o da legalidade e do pluralismo. A declaração de independência de 1988, que pretende a formação de um Estado palestino, anuncia que este seria um regime parlamentar, "fundado sobre a justiça social, a igualdade e a ausência de toda forma de discriminação quanto à raça, à religião, cor e sexo, no quadro da Constituição que garanta o primado da lei e a independência da justiça.". Portanto, observa-se que, a apropriação das mulheres para a construção a longo prazo do sentimento nacional palestino não resultou em uma simples instrumentalização, decorrente de sua dinâmica interna, mas também em razão de toda uma rede de influências internacionais.

Entretanto, é preciso levar em conta o jogo das forças sociais. Desde a Guerra do Golfo, as relações mudaram. De um lado, as velhas elites retomaram o controle da situação; de outro, o fundamentalismo islâmico se desenvolveu, com diferentes apoios exteriores que o consideravam um excelente modo de conter a OLP. O imaginário nacional entra em choque, atualmente, com as normas e os valores clânicos combatidos durante todo o período de mobilização, e que aspiram a retirada das mulheres do espaço público. Os dominados se dividiram e os jovens ligados ao islamismo do movimento *Hamas*, que é para eles a encarnação dos valores de resistência, são os primeiros a combaterem as mulheres que não estiverem ocupando o lugar

que lhes é devido. Ao menos nesse sentido, o acordo entre as velhas elites e os fundamentalistas foi alcançado, ainda que o símbolo (político) do véu, separe as duas partes. Na nova autoridade palestina instituída, não há nem ministério nem secretariado de Estado encarregado das questões das mulheres . A única mulher a ocupar um cargo ministerial é conhecida pela sua hostilidade às teses feministas, mesmo as mais moderadas. E ela desempenha essa função apenas por ser viúva de um fundador do *Fatah*, não em virtude da sua competência pessoal. Se ocorrer uma reconciliação nacional, ela acontecerá em detrimento das mulheres.

As mulheres abandonaram as ruas, participando apenas esporadicamente de manifestações políticas e somente nas regiões da Palestina em que os cristãos são mais numerosos. Elas, por exemplo, protestaram em massa, e em vão, contra os novos confiscos de terra realizados pelos colonos israelenses na região de Bethléem, no início do inverno de 1995. Somente aquelas que pertencem aos grupos mais favorecidos da sociedade continuam a reivindicar seus direitos. Algumas o fazem com maior radicalidade (referindo-se à questão do próprio funcionamento do sistema clânico patriarcal) e maior determinação, arrastando atrás delas uma corrente pouco negligenciável do movimento nacional. Muitas escolhem o pragmatismo e o compromisso, com medo de entrarem em desacordo com a maioria dos membros da sua sociedade, homens e mulheres, com medo de serem acusadas de ocidentalização e de sofrerem rejeição. Atualmente, as dificuldades com as quais a luta nacional se depara, confrontada com um adversário que no limite é inflexível, não deixam de repercutir dolorosamente no futuro das mulheres.

WOMEN AND THE CONSTRUCTION OF PALESTINIAN NATIONALISM

Abstract

Ever since its inception, the Palestinian National Movement has relied on women to provoke and sustain a sentiment of national belonging: by allowing women to enter very early into the public arena; by encouraging the political visibility of women; by making women's activity within associations which are both means of development and of political control. This process does not involve a simple instrumentalisation of women. It also facilitates women's access to modernity and to citizenship and favours the emergence of women leaders. The national imagination is now confronting tribal and Islamic norms and values which require the eviction of women from the public arena.